

EFEITOS TERRITORIAIS DA IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS PELO INCRA NA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA LOCAL DO MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA-GO

SILVA, Santiago Soares da¹
CLEMENTE, Evandro César²

Recebido (Received): 07-08-2020 Aceito (Accepted): 27-01-2021

Como citar este artigo: SILVA, S. S.; CLEMENTE, E. C. Efeitos territoriais da implantação dos assentamentos rurais pelo INCRA na dinâmica socioeconômica local do município de Caiapônia-GO. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 413-439, 2021.

Resumo

A criação dos Assentamentos Rurais no Brasil não deve ser concebida meramente como compensação social, eles também são importantes por trazerem relevantes efeitos no território e, inclusive para a dinamização da economia local, trazendo benefícios econômicos e sociais como ocupação e renda para muitas famílias, além de aquecer o setor de comércio e serviços. Neste sentido, o presente artigo visa estudar os efeitos à dinâmica socioeconômica local do município de Caiapônia – GO. Para a consecução do estudo foram aplicados formulários a 10% das famílias assentadas pelo INCRA em Caiapônia e também foram realizadas entrevistas com comerciantes. Os resultados indicam que os assentamentos geraram oportunidades de ocupação e renda às famílias assentadas, que por sua vez, detectou-se que estas optam por realizar suas compras no comércio do município, inclusive há à percepção dos comerciantes pesquisados que a criação dos assentamentos fomentou a economia local. Todavia, foi verificado que algumas das famílias, em razão de fatores variados, optam por comprar no comércio de municípios vizinhos, seja pela localização geográfica e/ ou por ser o município de origem da família.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais. Efeitos socioeconômicos, transformações territoriais.

TERRITORIAL IMPACT OF THE ESTABLISHMENT RURAL SETTLEMENTS BY THE INCRA IN LOCAL SOCIOECONOMIC DYNAMICS FROM THE MUNICIPALITY OF CAIAPÔNIA-GO

Abstract

The creation of Rural Settlements in Brazil should not be seen merely as a social compensation, they are also important for having relevant effects on the territory and even stimulating the local economy, providing economic and social benefits such as employment and income for several families, besides hitting up trade and services sector. To this end, this paper aims at studying the implications for local socioeconomic dynamics of the municipality of Caiapônia - GO. In order to achieve the study, forms have been applied to 10% of the families settled by INCRA in Caiapônia, and interviews have also been conducted with local traders. Results reveal that the settlements had created opportunities for occupation and income to settled families, that in turn, it has been found that these families choose to do their shopping in municipal trade, there is even the perception of researched traders that the creation of settlements has fostered the local economy. However, it has been verified that some of the families, due to varied factors, choose to buy from the trade neighboring municipalities, either by geographic location and/or for being the family municipality of origin.

Keywords: Rural Settlements. Socioeconomic effects. Territorial changes.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG - Universidade Federal de Jataí - GO, Mestre em Geografia pelo PPGE (UFG/UFJ) - Jataí/GO - 2019. Docente da Universidade de Rio Verde - UniRV - Campus Caiapônia - GO. E-mail: santiagogeografia2018@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4390-1517>.

² Doutor em Geografia e Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFJ Universidade Federal de Jataí e também do curso de Pós-Graduação em Geografia da UFMS-CPTL. E-mail: evandrocclemente@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>.

EFEITOS TERRITORIAIS DE LA IMPLANTACIÓN DE LOS ASENTAMIENTOS RURALES POR EL INCRA EN LA DINÁMICA SOCIOECONÓMICA LOCAL DEL MUNICIPIO DE CAIAPÔNIA- GO

Resumen

La creación de Asentamientos Rurales en Brasil no debe concebirse simplemente como una compensación social, también son importantes por generar efectos relevantes en el territorio e incluso, para la dinamización de la economía local, trayendo beneficios económicos y sociales como la ocupación y los ingresos para muchas familias, además de incentivar el sector de comercio y servicios. En este sentido, este artículo tiene como objetivo estudiar los efectos sobre la dinámica socioeconómica local del municipio de Caiapônia - GO. Para llevar a cabo el estudio, se aplicaron formularios al 10% de las familias asentadas por el INCRA en Caiapônia y también se realizaron entrevistas con comerciantes. Los resultados indican que los asentamientos generaron oportunidades de ocupación e ingresos para las familias asentadas, se detectó también, que estas eligen hacer sus compras en el comercio del municipio, incluso, existe la percepción de los comerciantes encuestados de que la creación de los asentamientos fomentó la economía local. Sin embargo, se encontró que algunas de las familias, debido a diferentes factores, optan por comprar en los municipios vecinos, ya sea por su ubicación geográfica y / o porque son el municipio de origen de la familia.

Palabras clave: Asentamientos rurales, Efectos socioeconómicos, Transformaciones Territoriales, Asentamientos Rurales.

1 Introdução

O presente artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado intitulada “*Assentamentos Rurais e seus efeitos socioespaciais no município de Caiapônia – GO*”, elaborada junto ao Laboratório de Geografia e Estudos Territoriais (LAGET) entre 2017 e 2019, para o Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGGEO – *Stricto Sensu*, da Universidade Federal de Jataí – UFJ. A referida pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição, por envolver a aplicação de formulários e entrevistas à pessoas. Importante mencionar, que por questões éticas, neste estudo optou-se por utilizar as iniciais dos participantes para preservar suas identidades.

A hipótese inicial desta pesquisa era que a criação dos Projetos de Assentamentos Rurais (P.As) em Caiapônia pelo Instituto Nacional de Colonização Agrícola (INCRA) possibilitou às famílias beneficiadas acesso à ocupação e incremento na renda, provendo benefícios não somente diretamente a elas, mas contribuindo também para a dinamização econômica do município, ao possibilitar oportunidades de ocupação e renda. Esta tem sido reinvestida no comércio local na aquisição de produtos que estas famílias não produzem em seus respectivos lotes/parcelas, tendo como efeito o aquecimento e a dinamização do setor de comércio e serviços do município de Caiapônia, que por sua vez, indiretamente também contribui para a geração e manutenção de empregos neste setor, gerando benefícios sociais e econômicos assim para além dos assentamentos criados no campo.

Situado na Microrregião Geográfica (MRG) Sudoeste de Goiás, o referido município está distante à 330 quilômetros de Goiânia, capital do estado de Goiás. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada para 2019 era de 18.913 habitantes. As principais características naturais do município são: vegetação típica do Cerrado, clima quente com temperatura média de 23°C e elevação altimétrica variando entre 735 e 1.000 metros (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIAPÔNIA, 2020).

O município também se caracteriza pela economia pautada principalmente na agricultura e por sua alta concentração da propriedade da terra, pois de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, apenas 9,29% dos estabelecimentos rurais têm área superior a 1.000 hectares, todavia englobam 57,04% das terras do município (IBGE, 2019). Portanto, trata-se de um município que historicamente tem se caracterizado pelo predomínio na ocupação do território por grandes propriedades, tendo como traço a elevada concentração fundiária.

O município integra a MRG Sudoeste de Goiás que apresenta de forma expressiva espaços marcados pelo predomínio da concentração fundiária e da agricultura capitalista, com expressiva produção de grãos (milho e soja) e cana de açúcar, além de plantas agroindustriais situadas nos principais municípios, no caso Rio Verde, Jataí e Mineiros (CLEMENTE, 2018). O advento da produção de grãos ocorreu a partir dos anos 1970 e num primeiro momento não atingiu o município de Caiapônia, que permaneceu tendo como atividade econômica principal a produção da pecuária de corte extensiva.

Neste contexto, a criação do P.As ocorreu mediante a pressão popular encabeçada pelo Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caiapônia e Palestina de Goiás (STR), pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como pela contribuição de integrantes da Igreja Católica e, posteriormente, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

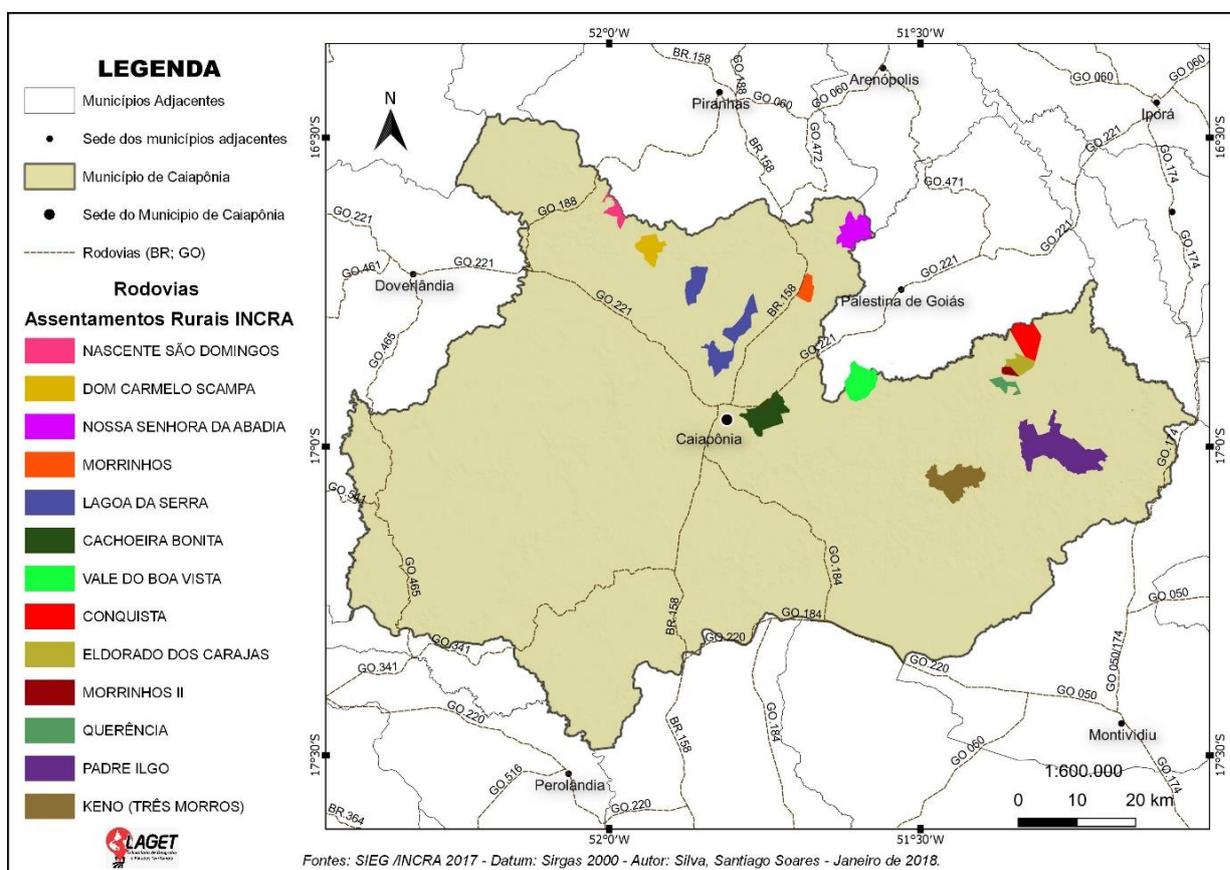
Os primeiros acampamentos no município surgiram ainda no final da década de 1990, que pressionaram e disso resultou a criação de 13 Projetos de Assentamentos Rurais (P.As). Todavia, destaca-se que este número é compreendido a partir da perspectiva que o P.A Lagoa da Serra, mesmo sendo constituído por três áreas distintas organizadas em três associações (Lagoa da Serra, denominado 1º de Maio; Alcalina e Varjão), refere-se a um único P.A. Se faz necessário mencionar isto, porque, convencionalmente no município e/ou ainda pelos próprios assentados rurais, haja a percepção que sejam assentamentos distintos (P.A Alcalina, P.A Varjão e P.A Lagoa da Serra), mas de acordo com o INCRA, trata-se de apenas um P.A. É

que parte do P.A Nascente São Domingos está dentro do território de Caiapônia, são 25 lotes de um total de 47, sendo o restante pertencentes ao município de Piranhas - Goiás.

Na MRG Sudoeste de Goiás a partir dos anos 1990 passou a ocorrer a implementação de Projetos de Assentamentos Rurais, em razão de que os expropriados e expulsos da terra se organizaram em movimentos e passaram a reivindicar o acesso à mesma. Foi um momento de redemocratização do país e da efervescência dos movimentos socioterritoriais no país como um todo (CLEMENTE; CLEPS JR, 2020, p. 296).

Outro ponto importante na constituição dos P.As em Caiapônia está no fato de que dentre todos os assentamentos, o único que se formou por intermédio da atuação direta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi o P.A Keno (popularmente conhecido por Três Morros), precisamente no ano de 2009. No que tange à localização dos P.As no município, observa-se que estão concentrados nas regiões norte, nordeste e leste do município, conforme se observa na Figura 1. Importante destacar que a criação destes Projetos de Assentamentos trouxeram alterações no território, expandindo as relações não capitalistas nas terras do município, gerando alguns efeitos de que tratar-se-á adiante.

Figura 1 – Mapa de Localização dos P.As em Caiapônia – GO



Fonte: INCRÁ/SIEG (2019). Org.: (2019).

É necessário ainda enfatizar que o presente texto tem como objetivo central apresentar aos leitores os principais efeitos da criação dos P.As à dinâmica socioeconômica local, permeando desde a escolha do local (município) pelo assentado rural para realizar suas compras nos segmentos de secos e molhados/verdúres (supermercados), produtos veterinários (lojas agropecuárias) e bens de consumo duráveis, até a percepção dos comerciantes, dos setores/segmentos de supermercados, lojas agropecuárias e lojas de materiais de construção.

Salienta-se que os P.A.s do município foram implementados em áreas onde antes haviam grandes propriedades rurais que se dedicavam à pecuária bovina extensiva, que por suas características, tal atividade não estabelece elevada dinamicidade econômica, não gerando empregos nem ocupação e renda, servindo em muitas situações apenas para “maquiar” as propriedades rurais improdutivas. A pecuária bovina extensiva no Brasil, em geral, historicamente sempre foi [...] “enquadrada numa outra lógica de produção, sendo muitas vezes tida como reserva de valor nos períodos de inflação alta e também em muitos casos adquirindo um caráter “maquiador” da estrutura fundiária [...]”. (CLEMENTE, 2006, p. 60).

Infere-se que a constituição dos P.A.s, mesmo com todas as dificuldades e problemas que enfrentam, tem trazido transformações relevantes no território do município, ao possibilitar maior produção de alimentos no local, geração de ocupação e renda, além do que, diferentemente dos grandes proprietários, que muitas das vezes nem residem no município, os assentados tendem a fornecer alimentos aos moradores locais e empregar a sua renda no comércio local.

Os procedimentos metodológicos para execução desta pesquisa foram: revisão bibliográfica sobre o tema por meio de artigos, jornais e livros; levantamento de dados de fonte secundária em órgãos públicos e entidades de classe, tais como o IBGE, INCRA, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), Prefeitura Municipal de Caiapônia e STR e, por fim, coleta de dados de fonte primária por meio de entrevistas com lideranças sociais e gerentes de estabelecimentos. No caso dos assentados, optou-se pela aplicação de formulários.

A coleta de dados juntos aos assentados rurais ocorreu através de visitas a campo (trabalhos a campo), com aplicação de formulário utilizando o *software KoBotoolbox*. Devido à dimensão territorial e a grande quantidade de famílias assentadas no município, 580 no total, optou-se por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo. Desta forma, estabeleceu-se como parâmetro de amostragem 10%, ou seja, 58 famílias. Destaca-se que a aplicação dos formulários ocorreu de modo aleatório, sempre buscando aplicar 10% em cada um dos 13 P.As.

A obtenção de dados junto aos comerciantes, gestão municipal, representante dos comerciantes e do STR, se deu exclusivamente por entrevistas semiestruturadas, igualmente utilizando o *software KoBotoolbox*. Os comerciantes foram selecionados por ramo de atividade considerando a representatividade no comércio local nos seguintes segmentos: lojas de materiais de construção, supermercados (secos e molhados/verdura) e lojas agropecuárias. Vale destacar, que foram entrevistados apenas comerciantes do município de Caiapônia, embora conforme será demonstrado a seguir, muitas famílias assentadas optam pelo comércio em municípios vizinhos.

2. Agricultura familiar camponesa e seus efeitos socioeconômicos para o desenvolvimento

De acordo com Leite e Ávila (2007) o Brasil é profundamente injusto, devido aos elevados índices de concentração econômica, como da renda, da terra e da produção. Trata-se de um cenário resultante de um longo processo histórico, iniciado na colonização por exploração, perpetuando-se ao longo dos anos em diversos ciclos produtivos e econômicos. Neste sentido, no contexto atual nota-se que a economia brasileira tem forte dependência do agronegócio, que se estrutura nesta concentração de crédito, de capitais e de terras. Desta forma, o agronegócio tem sido comumente adotado como sendo o foco do “desenvolvimento econômico” do país.

Clemente (2011) assevera que o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico já se esgotou. Atualmente este deve ser projetado mirando melhorias sociais e atenuação da degradação ambiental. Assim, deve-se tomar medidas para que ocorra crescimento econômico com distribuição de renda e riqueza. Neste caso, o denominado agronegócio tem promovido crescimento econômico atrelado a uma forte concentração de terra, riqueza e renda, além de causar sérios danos ambientais. A agricultura familiar camponesa emerge como um padrão de desenvolvimento distinto, podendo distribuir melhor a terra, a renda e simultaneamente, podendo ser menos pernicioso ao ambiente e a natureza.

[...] Por operar em menor escala, sob outra “lógica”, pelo “apego” à terra que possuem os pequenos proprietários rurais, pela maior integração da produção à dinâmica natural em função da diversificação produtiva (pecuária bovina, suínos, aves, conjugados com a produção agrícola), tende a haver “maior harmonia” com o sistema e o ritmo da natureza. [...] (CLEMENTE, 2011, p. 148).

Veiga (2000, p. 178), apoiado no modelo proposto por Murphy, Shleifer e Vishny (1989), aponta que o crescimento “[...] alavancado por um determinado setor da economia só pode ser durável se os benefícios do surto inicial forem distribuídos de maneira suficientemente

igualitária que permitam a expansão e o aprofundamento dos mercados”. A partir da concepção destes autores, admite-se que o padrão da economia brasileira, amparado na concentração da renda e da terra, inevitavelmente tende a ampliar as desigualdades sociais e econômicas.

Para Veiga (2001) o desenvolvimento econômico está atrelado à distribuição de terras e ao acesso ao crédito rural. Deste modo, o autor discorda e refuta o pensamento ideológico da elite dominante brasileira, que procura desvincular o desenvolvimento econômico à necessidade de melhor distribuição de terras e renda. Ele ainda explica que a criação dos assentamentos ou, ainda, dos programas de crédito, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), têm sido implementados apenas como resgate da “dívida social”, de modo a reduzir as pressões e tensões sociais, não sendo de fato, institucionalizados como projeto que garanta de modo estrutural, crescimento econômico e desenvolvimento social. Segundo Veiga (2001);

Na visão dominante, eles não teriam qualquer importância estratégica em termos de crescimento econômico e desenvolvimento. Ou seja, são programas mais legitimados por compromissos assumidos durante o período eleitoral do que pelas convicções de seus intelectuais orgânicos (VEIGA, 2001, p. 4).

É preciso considerar também que o território apresenta relações de poder e conflitualidades entre sujeitos sociais e suas distintas propostas de desenvolvimento. Isso está presente no município de Caiapônia.

O território é permeado de relações de poder, de modo que muitas são conflitivas e outras, contraditoriamente, podem atender, mesmo que favoreça desigualmente, aos agentes hegemônicos e os contra hegemônicos. Os primeiros, por seu turno, tendem a redesenhar no território estratégias visando garantir a exploração e a acumulação do capital. Os outros buscam primordialmente formas de reprodução social e de resistência à exploração, se apropriando para garantir a sobrevivência. (CLEMENTE, 2018, p. 60).

Assim, de acordo com o que Clemente (2018) aponta, pode-se considerar que a agricultura familiar camponesa como um agente contra hegemônico, que busca resistir à exploração capitalista e, desta forma, tende a se apropriar do território de modo distinto, priorizando a garantia da sua sobrevivência, ao invés da obtenção de lucro.

Neste sentido, Stiglitz (2000) *apud* Leite e Ávila (2007), afirma que a política de Reforma Agrária para ser exitosa, depende da distribuição de terras e do acesso ao crédito, à extensão rural, o que permite a distribuição de poder político, sentimento de equidade, justiça social e a disposição da sociedade para mudança necessária para o processo de desenvolvimento de fato. Corroboram para tal pressuposto, Leite e Ávila (2007), ao indicarem que existem

evidências que permitem afirmar que há casualidade positiva direta entre a distribuição de ativos fundiários (créditos) e o crescimento econômico sob determinadas circunstâncias.

Como exemplo da importância do crédito, os autores supracitados apontam a liberação para assentados rurais na compra de materiais para a construção de casas e plantio. Isto traz efeitos benéficos na economia local, já que as compras dos assentados, em geral são em pequena escala e no comércio local. Outro aspecto apontado pelos autores é a produção de alimentos, que permite simultaneamente a garantia de renda, emprego e a segurança alimentar. “A produção própria de alimentos e a garantia de emprego em sua própria terra reduzem a possibilidade de que os agricultores familiares sofram de fome ou desemprego, contribuindo para o papel estratégico do autoconsumo” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 798).

Veiga (2001) também afirma que a distribuição de terras e acesso a créditos, como PRONAF, não apenas combate a pobreza rural, mas sua ampliação e o aprofundamento passam a ser cruciais para que a economia brasileira possa ter crescimento durável (sustentável) sem o aumento do desemprego urbano. Nesta perspectiva, a política de implantação de assentamentos rurais é uma forma de combate à pobreza e às desigualdades sociais. O acesso à terra e aos recursos, à informação e a formação de grupos de lutas contribuem para o fortalecimento de pensamentos políticos, ou seja, há empoderamento da classe camponesa/agricultor familiar. Assim, a promoção do acesso à terra não deve ser compreendida apenas como política de inclusão social ou compensação social, embora possa cumprir este papel.

Uma análise em contraponto aos economistas/estudiosos que não compreendem e/ou não reconhecem a importância dos camponeses para o desenvolvimento econômico, pode se dar pelas concepções do economista e agrônomo russo Alexander Vasilievich Chayanov (1888 – 1937), que aponta no seu texto – “Teoria dos sistemas econômicos não capitalista” (1924), que as avaliações econômicas sobre os camponeses dentro de um sistema capitalista deve observar que nas unidades familiares não se tem o trabalho assalariado³. Para ele, este fato é pouco abordado pelos teóricos da economia moderna, que consideram não ter significância as atividades não capitalistas.

En la teoría moderna de la economía se ha hecho costumbre pensar todos los fenómenos económicos en relación exclusivamente con la economía capitalista. Todos los principios de nuestra teoría —renta, capital, precio y otras categorías— se han formado dentro del marco de una economía basada en el trabajo asalariado que trata de obtener los máximos beneficios (o sea la cantidad máxima de la parte de los ingresos brutos que queda después de deducir los costos materiales de la producción

³ Oliveira (2001, p.58), diz que contratação de mão-de-obra assalariada ocorre alguns momentos, pois “há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços”.

y los salarios. Todos los demás tipos (no capitalistas) de vida económica se consideran insignificantes o en proceso de extinción; por lo menos se piensa que no tienen influencia en las cuestiones básicas de la economía moderna y por lo tanto no presentan interés teórico.(CHAYANOV, 1975, p. 15)

Já afirmava o autor supracitado que não conseguiremos avançar no pensamento econômico observando apenas as categorias capitalistas (preço, capital, salário, juro, renda).

Assim:

En el pensamiento economico no podremos avanzar tan solo con las categorias capitalistas, porque una region muy vasta de la vida economica (la parte mas grande del area de la produccion agraria) se basa, no en una forma capitalista, sino en la forma completamente diferente de una unidad economica familiar no asalariada (CHAYANOV, 1975, p. 15).

Conforme preconiza Carneiro (2009, p. 55):

Na economia camponesa, prevalece a produção de *valores de uso* para o autoconsumo, diferentemente do modo de produção capitalista, que produz *valores de troca*. Mas, a produção de valores de uso, direcionados para o autoconsumo, não implica ausência de excedente produtivo, que entra na esfera monetária num nível de *sistema mercantil simples*.

Ainda de acordo com este autor, os camponeses entram na circulação mediante conversão da produção em dinheiro e deste em mercadoria “A venda do excedente assume, portanto, um fim específico: adquirir aquilo que não é produzido internamente como sementes, instrumentos de trabalho, vestuários, utensílios domésticos, etc”.(CARNEIRO, 2009, p. 56). Desta forma, a criação de P.As pelo INCRA deve ser analisada na perspectiva estrutural de construção de um padrão de desenvolvimento econômico que seja inclusivo, além, é claro, do poder de contribuição para a dinamização da economia local e de redução das desigualdades.

De acordo com Sparovek (2003), a experiência internacional mostra que a reforma agrária pode causar impactos de ordem econômica, política e social. Para ele, um amplo programa com esse intuito seria do ponto de vista econômico um dos maiores mecanismo de geração de empregos de baixo custo, representaria aumento na oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, auxiliaria na balança comercial, ampliaria o consumo de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas. Ainda de acordo com este autor:

O aumento da renda dos trabalhadores e das famílias beneficiadas pela reforma agrária pode também proporcionar a oportunidade da ampliação da aquisição de bens de consumo duráveis como geladeira, fogão, mesa, cadeira, rádio, televisão, roupa e sapato. O que também significa a geração de empregos nas indústrias produtoras desses bens. Finalmente, deve-se considerar também o efeito multiplicador de cada um desses empregos, ou seja, cada trabalhador empregado amplia seu consumo, criando outros novos empregos (SPAROVEK, 2003, p. 27).

Do ponto de vista social ele assinala uma série de efeitos, tais como: melhorias na qualidade de vida das famílias, redução da migração rural-urbana, redução dos problemas urbanos decorrentes do crescimento desordenado das cidades (infraestrutura, desemprego, segurança), diminuição da mão-de-obra de reserva, conscientização da cidadania (direitos e deveres), a estabilidade familiar (fixação de moradia) que tem relação direta com o acesso das crianças à escola, melhores condições para participar de atividades culturais e de lazer. Ademais, o autor ressalta que;

O programa de reforma agrária também não deve ser confundido com programas complementares como colonização, crédito fundiário e mudanças no Imposto Territorial Rural – ITR. Essas iniciativas têm outro sentido específico, e ação mais localizada, não alterando globalmente o perfil de distribuição da propriedade da terra. Finalmente, a reforma agrária não deve ser considerada um programa de assistência social, como tem ocorrido frequentemente, o que já é um pressuposto para o seu insucesso (SPAROVEK, 2003, p. 27).

Diante dos apontamentos realizados pelos autores apresentados, observa-se que o grande desafio do Brasil é tornar a criação dos P.As, que vem sendo realizada como política pontual, restrita e de caráter compensatório, numa política efetiva de Reforma Agrária em conjunto com políticas agrícolas de fortalecimento da agricultura familiar, promovendo assim mudanças estruturais para alavancar, inclusive o crescimento econômico, gerando condições para se poder alcançar um desenvolvimento em bases menos perversas na sociedade brasileira

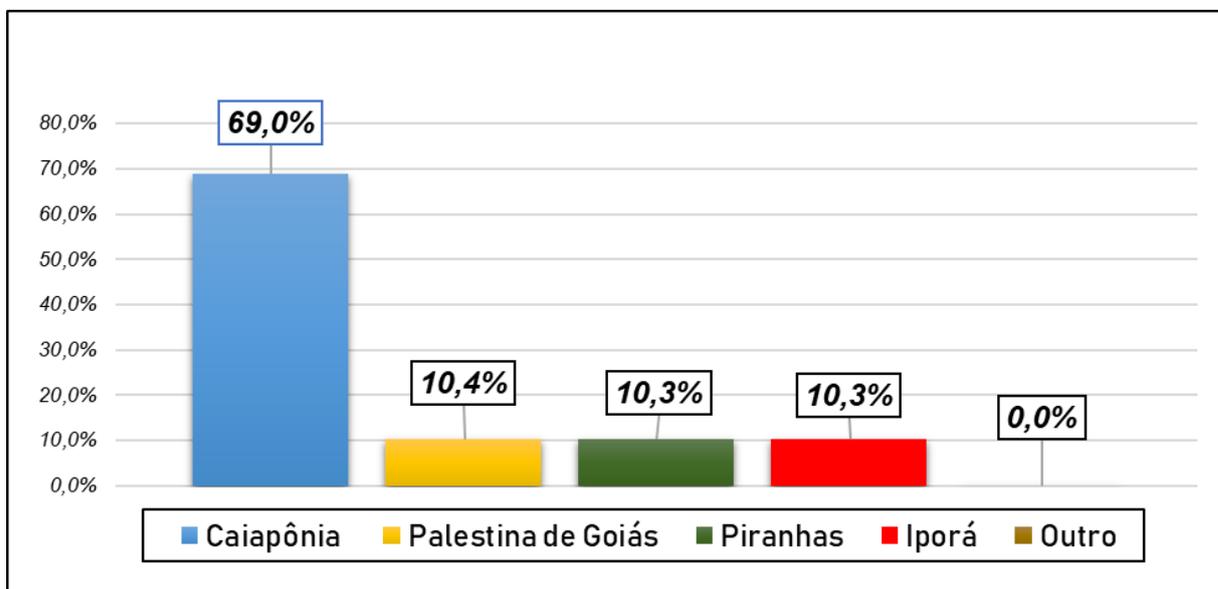
3. Os efeitos socioeconômicos dos Projetos de Assentamentos em Caiapônia-GO

Para este estudo é muito relevante compreender os efeitos gerados nos supermercados advindos da implementação dos P.As no município, dada a hipótese inicial que sua criação possibilitou a produção das famílias beneficiadas para o autossustento e ainda, a venda do excedente, que seria investido em compras no comércio local e na oferta de alimentos à população local. Portanto, a grande questão é como isto se reflete nos supermercados, ainda mais porque este tipo de estabelecimento pode atuar tanto na venda para os assentados rurais, como também pode se constituir num canal de comercialização/revenda da sua produção.

Questionados quanto ao local (município) que realizam suas compras em supermercados, 69,0% das famílias assentadas pesquisadas afirmaram que em Caiapônia, 10,4% em Palestina de Goiás, 10,3% em Piranhas e, 10,3% em Iporá. No entanto, nota-se que os efeitos ao comércio não se resumem ao município em que se localiza os P.As, indicando que os efeitos transbordam as fronteiras do município e atingem os vizinhos também. Isto se deve

às condições geográficas existentes, como a vasta extensão territorial do município de Caiapônia e a origem das famílias assentadas.

Gráfico 1 - Compras efetuadas por assentados em supermercados por município



Fonte: Trabalho de Campo. Org. Autores. (2019).

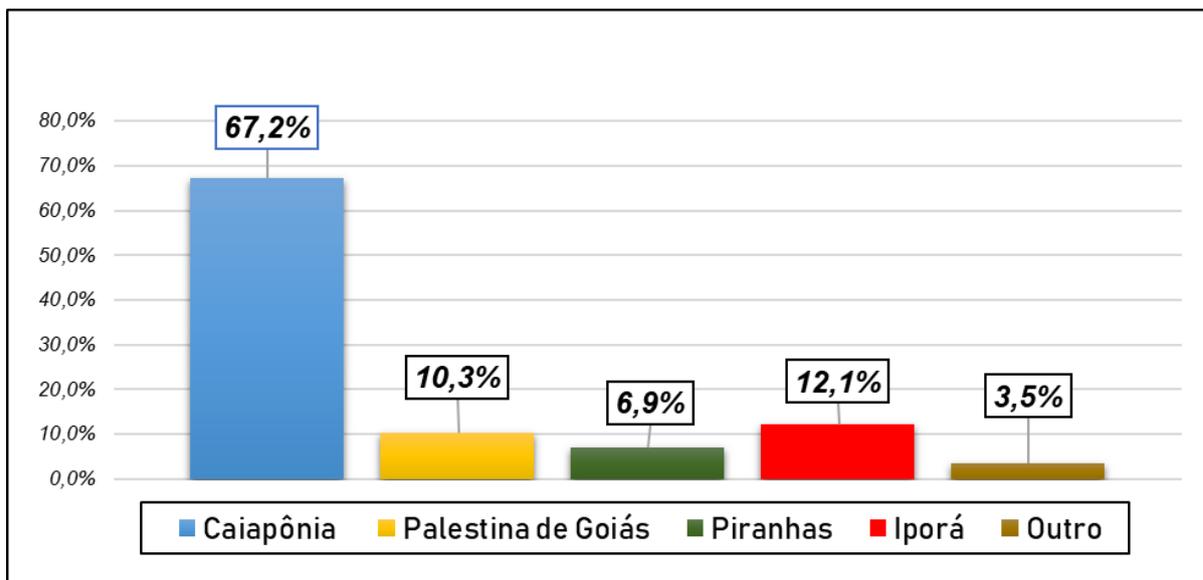
Verificou-se que valor médio gasto declarado pelas famílias pesquisadas em supermercados é de R\$ 436,38 por mês. É comprado somente aquilo que não é produzido nos lotes. Portanto, não é uma prática muito comum a aquisição de certos produtos alimentícios, como verduras, frutas, legumes e carnes. Praticamente em todas as parcelas visitadas tem-se a produção de hortaliças para o autoconsumo, mesmo naquelas que se encontram arrendadas para o cultivo de soja e/ou milho, ou mesmo alugadas para a pastagem de bovinos. Isto porque no entorno da residência, o chamado “quintal”, ainda é utilizado na produção para o autoconsumo.

Em geral, destinam em torno de um hectare para a produção de legumes e verduras. Via de regra, os pesquisados compram nos supermercados os seguintes produtos: arroz, feijão, produtos de higiene pessoal e limpeza. Ou seja, aquilo que as famílias não produzem nas parcelas. Quanto à carne bovina, em geral, optam pelo consumo do próprio rebanho. Porém, há relatos de compras esporádicas de verduras, legumes e carnes, especialmente em épocas de estiagem ou períodos/épocas que não são próprios à produção convencional.

Quanto à aquisição/compras em lojas agropecuárias, verificou-se que a criação de animais (bovinos, suínos, avícola, etc) alinhada à atividade da agricultura exercida pelas famílias assentadas resulta no consumo produtivo, pois há demanda por: remédios veterinários,

ferramentas, rações, sais minerais, insumos, equipamentos, etc. Neste caso, as compras também ocorrem sobretudo em Caiapônia, escolha de 67,2% dos pesquisados, já 10,3% em Palestina de Goiás, 6,9% Piranhas, 12,1% Iporá e 3,5% em outros municípios.

Gráfico 2 - Percentual de compras feitas por assentados em lojas agropecuárias por município



Fonte: Trabalho de Campo. Org. Autores. (2019).

O gasto médio declarado em lojas agropecuárias ficou em R\$ 393,57 por mês. Quando analisados apenas os assentados pesquisados que realizam arrendamento de áreas para o cultivo de grãos e/ou pastagem, percebe-se uma queda para R\$ 242,86 do gasto médio, pois quando ocorre o arrendamento parcial ou integral da parcela, há redução no consumo produtivo, conseqüentemente também no valor gasto junto ao comércio local, já que o assentado não exerce função produtiva diretamente.

Nestes casos, os produtos adquiridos destinam-se apenas para o número reduzido de animais de grande porte (bovinos, equinos, etc) e/ou animais de pequeno porte (frangos, porcos, etc), ou seja, apenas aqueles que podem ser criados nos quintais ou em áreas menores de pastagem. Inclusive, para algumas famílias, o arrendamento tem se constituído a única ou a principal fonte de renda. Já 3,4% dos pesquisados, afirmaram não realizar nenhum tipo de compra em lojas agropecuárias. Estes são, sobretudo, aqueles que arrendaram toda área, utilizando a parcela apenas como moradia.

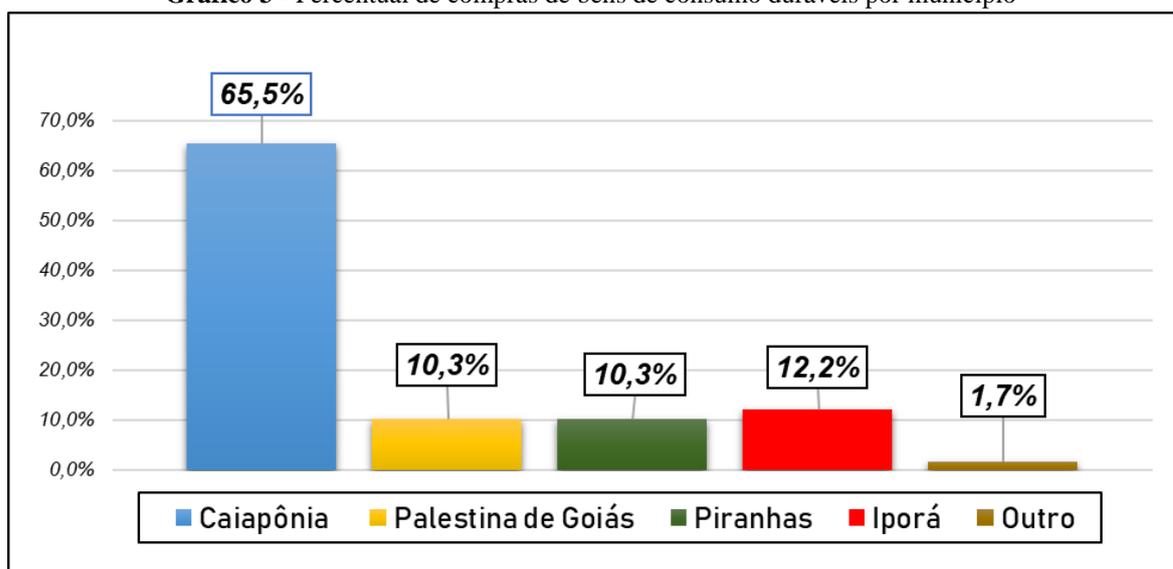
Foi observado que existe uma relação direta entre valor médio gasto com produtos agropecuários e as práticas agroecológicas, como o uso de esterco, caldas e urina de vaca. Entre os pesquisados, 17,2% declararam não utilizar nenhuma técnica agroecológica, neste caso

o gasto médio ficou em R\$ 545,00 por mês. Enquanto para os 82,8% que fazem uso de práticas agroecológicas, a média foi R\$ 377,86 por mês. Ou seja, 44,2% a menos do valor gasto médio, quando comparados com aqueles que afirmam não utilizar técnicas agroecológicas.

Assim, infere-se que o emprego dessas práticas tem relação direta com a renda da família assentada pois reduz o custo de produção. A adoção destas práticas acontece, em parte, pelo conhecimento empírico repassado pelas gerações anteriores e/ou em cursos de formação, oferecidos pela CPT e/ou pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Sobre o consumo de bens duráveis, 65,5% das famílias pesquisadas afirmaram que realizam suas compras dos bens de consumo duráveis (TV, DVD, geladeira, freezer, telefone e computador) no comércio de Caiapônia, 10,3% em Palestina de Goiás, 10,3% em Piranhas, 12,2% em Iporá e apenas 1,7% em outros municípios.

Gráfico 3 - Percentual de compras de bens de consumo duráveis por município



Fonte: Trabalho de Campo. Org. Autores. (2019).

Neste segmento/ramo não foi contabilizado o gasto médio mensal, por razões diversas, dentre elas é que neste segmento as compras não são regulares, assim como nos demais pesquisados. Assim, optou-se por analisar o acesso a estes, através do comparativo entre antes e após ser assentado no P.A.

Neste sentido, identificou-se um aumento no acesso aos bens de consumo, de forma que o percentual de famílias que possuía aparelhos televisores passou de 72,4% para 89,7% após serem assentadas, aumento de 17,3 pontos percentuais. Em relação à geladeira, passou-se de 77,6% para 84,5%, aumento de 6,9 pontos percentuais. A porcentagem de famílias que tinham

aparelhos de telefone (celular) passou de 58,6% para 89,7%, crescimento de 31,1 pontos percentuais.

O percentual de famílias que tinham PC – *Personal Computer* ou Notebook, passou de 3,5% para 15,5%, elevando-se em 11,5 pontos percentuais. Todavia, houve queda no percentual de famílias que tinham freezer e DVD. O percentual de famílias que possuíam freezer reduziu de 81,1% para 55,2% após ser assentado, uma redução de 25,9 pontos percentuais. Os que possuíam DVD diminuíram de 62,1% para 53,5% após serem assentados, queda de 8,6 pontos percentuais.

Na obra “Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro”, de autoria de Leite et al (2004), resultante de uma ampla pesquisa realizada em assentamentos rurais de várias partes do território brasileiro, como no sul da Bahia, sertão Ceará, entorno Distrito Federal, sudeste Pará, oeste Santa Catarina e na Zona Canavieira do Nordeste, os resultados apresentados indicam que na situação pós-assentamento, assim, como neste estudo, as famílias passaram a ter maior acesso a bens de consumo, dentre eles, geladeira e televisão e, que elas realizam suas compras no comércio local, o que dinamiza a economia dos municípios próximos aos assentamentos.

Dessa forma, os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem: para além da relevância do número de novos produtores que entram como tal no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares, os assentados aumentam sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos (atividade bastante comum, mas dificilmente captada nas estatísticas), como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral. (LEITE *et al*, 2004, p. 259).

Salienta-se que a venda de parte da produção em feiras livres⁴, a criação de gado/bovino de corte e/ou leiteiro, aluguéis de pastagem e, até mesmo com arrendamento de terras, têm proporcionado a estas famílias a oportunidade de obtenção melhoria na renda. De acordo com 63,8% dos pesquisados, a renda média aumentou após ser assentado pelo INCRA. Esta condição permite a compra de produtos e bens necessários à reprodução da família, como aquisição de secos e molhados (supermercados), bens de consumo duráveis (eletrodomésticos) e produtos de uso veterinário (rações, medicamentos para bovinos).

Cumprе ressaltar que em Caiapônia, após a formação dos Projetos de Assentamentos, houve a criação de cooperativas por parte dos agricultores familiares camponeses para a

⁴ No município ocorre duas feiras semanais, uma aos domingos e outra às quartas feiras – Em 2018, verificou-se que o percentual de assentados rurais dentre os feirantes da “Feira de Domingo” (tradicional) correspondia a 35% e na Feira da Nossa Terra/Feirinha, a 48,1%.

comercialização de sua produção. De acordo com Clemente (2018), a formação dessas organizações coletivas visa sobretudo:

[...] trazer ganhos para os agricultores familiares, fortalecendo-os politicamente e economicamente diante dos imperativos do mercado, como a eliminação de intermediários, a agregação de valor à produção pelo seu beneficiamento e sua transformação, como também reduziriam custos na aquisição em maior escala de insumos e equipamentos, diminuindo custos unitários. Sem dúvida, estes ganhos contribuem para a reprodução social dos agricultores familiares e para sua permanência no campo em condições mais vantajosas. (CLEMENTE, 2018, p. 59).

No município de Caiapônia foi fundada a:

[...] a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Caiapônia e Região (COOPERFIC), localizada no Assentamento Cachoeira Bonita, município de Caiapônia. O seu foco é na agricultura familiar, intermediando a comercialização de hortifrutigranjeiros com os mercados institucionais e feiras com a venda via cooperativa. Primeiramente, surgiu como associação de agricultores familiares, posteriormente, transformada em cooperativa, portanto, modificando seu status jurídico para o acesso aos mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. À época de sua fundação, seria preparada para atuar em nível regional. Porém, por divergências entre os membros, tornou-se uma cooperativa do Assentamento Cachoeira Bonita. (CLEMENTE, 2018, p. 73).

Ainda de acordo com o autor supracitado, por conta de uma dissensão interna, alguns membros saíram e fundaram outra cooperativa no município em 2009 visando criar canais de comercialização aos seus produtos, a COOPERCAP - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Municípios de Caiapônia e Palestina de Goiás.

Além das vendas aos mercados institucionais, ela organiza feiras livres em variados dias da semana, possibilitando a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, sobretudo nos municípios de Caiapônia e de Iporá, que sedia a Central das Cooperativas da Agricultura Familiar, que centraliza algumas cooperativas agrícolas de municípios do Território Rural do Médio Araguaia, que recebe produtos para posterior comercialização, além de trocas de produtos entre as próprias cooperativas. A organização de feiras é positivo por criar canais de comercialização aos agricultores familiares (CLEMENTE, 2018, p. 75).

Ainda há no município uma terceira cooperativa, que é a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Caiapônia (COOPRFAC), fundada em 2011 e que comercializa produtos nas feiras. A cooperativa surgiu no Projeto de Assentamento Lagoa da Serra⁵ (Gleba 1 – Associação Alcalina), a gleba tem 37 lotes e 36 famílias assentadas (um dos lotes é destinado ao cultivo coletivo, via cooperativa) (CLEMENTE, 2018).

Retornando as observações quanto ao local (município) de compras no comércio, observou-se que famílias optam, sobretudo, em efetuar suas compras no comércio do próprio

⁵ No texto original de Clemente (2018), foi redigido erroneamente Projeto de Assentamento Cocalina, neste texto fez-se a correção e, ainda informou que se trata da gleba 1 do Projeto de Assentamento Lagoa da Serra.

município de Caiapônia. Todavia, algumas famílias, por vezes, mesmo residindo no município de Caiapônia, preferem fazer compras nos municípios adjacentes, como Piranhas, Palestina de Goiás e Iporá. Deste modo, infere-se que a criação dos P.As trouxe impactos econômicos a toda à região no entorno dos P.As. Nesta mesma perspectiva, Sousa *et al* (2011) ao estudaram os efeitos da criação de assentamentos rurais no Noroeste de Minas Gerais, constataram que:

A constituição de um projeto de assentamento implica um complexo processo de desenvolvimento local que articula alterações na dinâmica demográfica, formação de novos produtores e consumidores, organização social e produtiva, ampliação do volume de recursos financeiros de circulação local, entre outras questões. Enfim, um conjunto de elementos que contribuem efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico tanto no âmbito local quanto regional (SOUSA *et al.*, 2011. p.88).

No estudo de Sparovek (2003), ele também demonstrou que:

A geração de empregos no meio rural pode contribuir decisivamente para a redução desse deslocamento populacional, ao mesmo tempo em que pode fortalecer as pequenas cidades próximas aos assentamentos, através da dinamização de suas atividades econômicas. A combinação desses fatores pode contribuir para uma saudável descentralização e desconcentração urbana. (SPAROVEK, 2003, p. 24).

Sobre este deslocamento até municípios adjacentes, identificou-se que as famílias que fazem essa opção, são principalmente aquelas que estão assentadas nos P.As mais distantes do núcleo urbano de Caiapônia, que por sua vez, localizam-se próximos aos limites territoriais do município e/ou, cuja às famílias pesquisadas eram residentes antes de se instalar no P.A.

Conforme foi demonstrado na Figura 1, o P.A Nascente São Domingos encontra-se na divisa dos municípios de Caiapônia e Piranhas e, conforme destacado anteriormente, tendo 25 lotes em Caiapônia e os 27 restantes no município de Piranhas. O P.A Nossa Senhora da Abadia encontra-se nas divisas de Caiapônia, Arenópolis e Palestina de Goiás, porém, muito mais próximo à sede urbana de Piranhas. Os P.As Conquista, Padre Ilgo, Eldorado dos Carajás, Querência e Morrinhos II estão na divisa de Caiapônia com Palestina de Goiás e muito próximos à cidade de Iporá.

Neste sentido, foi verificado que dentre as famílias pesquisadas dos P.As Conquista; Padre Ilgo, Eldorado dos Carajás, Querência e Morrinhos II, elas optam sobretudo por Iporá e/ou Palestina de Goiás para realizar suas compras. Enquanto, as famílias dos P.As Nossa Senhora da Abadia e São Domingos, tendem a concentrar suas compras no comércio da cidade de Piranhas.

Sobre a influência da origem das famílias sobre o local (município) em que elas realizam as suas compras, observa-se a situação da família do Sr. J.B. Instalado no P.A. Nossa Senhora

da Abadia, ele e sua família preferem efetuar todas as suas compras no comércio da cidade de Piranhas e, realizar a venda de sua produção nas feiras dos municípios de Piranhas e Arenópolis. Destaca-se que a distância deste P.A é a mesma para o centro urbano de Piranhas, quanto para o de Caiapônia, cerca de 45 quilômetros. Denota-se que neste caso, que não é somente a logística, mas a origem da família antes de ser assentada, bem como as ligações pessoais e de parentesco que possuem. Ele é oriundo de Piranhas e a sua esposa de Arenópolis, desta forma, se sentem mais familiarizados nestes municípios.

Não se trata de um caso isolado, é possível encontrar famílias em condições parecidas nos P.As Conquista, Padre Ilgo, Morrinhos II e Boa Vista, que optam por realizar suas compras nos municípios de Iporá e Palestina de Goiás. No P.A Conquista, situado a 110 quilômetros do centro urbano de Caiapônia e, à cerca de 70 quilômetros de Iporá e a 65 quilômetros de Palestina de Goiás, 100% dos pesquisados são originários de Iporá e optam por realizar suas compras em supermercados, lojas agropecuárias e bens de consumo desta cidade. Diante desta constatação, realça-se que não se trata somente da distância ou da qualidade da estrada, mas também a origem e os laços de familiaridade e amizade da família.

No P.A. Padre Ilgo, próximo às cidades de Palestina de Goiás e Iporá, a família do Sr. M, que morava em Piranhas antes de ser assentada, têm optado por realizar suas compras em supermercados e lojas agropecuárias naquela cidade. Neste caso, chama a atenção a distância da cidade de Piranhas até o P.A, são 190 quilômetros. Isso evidencia que a escolha do município para suas aquisições não se deu pela proximidade geográfica, distância ou condições de estrada, haja vista que a distância até Iporá é cerca de 80 quilômetros, de Palestina de Goiás aproximadamente 75 quilômetros e 120 de Caiapônia. Mas por laços familiares e de amigos construídos antes de serem assentadas.

Ampliando a discussão, buscou-se compreender a percepção dos comerciantes do município de Caiapônia, questionando-os sobre os efeitos da implementação do P.As no volume de vendas e na economia local. Para isto, optou-se por trabalhar com os seguintes ramos: *agropecuárias; supermercados e materiais de construção*, por entender que são setores fundamentais para a sociedade em geral, mas que também possuem uma certa relação com o campo.

Dentre os segmentos comerciais pesquisados, possivelmente aquele que tem maior ligação com o campo, seja o das lojas agropecuárias, pois fornece produtos, equipamentos, medicamentos, ferramentas às atividades laborais no campo. Levantou-se que no ano de 2019, havia três empresas deste segmento no município, além da Cooperativa Agroindustrial dos

Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO). Todavia, optou-se por realizar as entrevistas apenas com os proprietários ou responsáveis pelas lojas agropecuárias.

Verificou-se que as lojas agropecuárias, além de fornecer os produtos já elencados anteriormente, também são as responsáveis por informações e assistência técnica aos proprietários rurais, sejam grandes ou pequenos, por intermédio de seus veterinários ou até mesmo por balconistas/atendentes “experientes”. Trata-se de uma relação bem próxima, envolta na confiança com o dito “homem do campo”. Além do que, toda e qualquer mudança no cenário do campo impacta diretamente em suas vendas. Em geral, estas lojas comercializam produtos para a pecuária e a agricultura familiar, pois não é prática destas venderem implementos agrícolas para o uso na agricultura empresarial capitalista ou mesmo produtos em grande quantidade e escala.

Portanto, diante do exposto, torna-se fundamental compreender a importância da criação dos P.As para este tipo de estabelecimento. De imediato, destaca-se que dentre as três lojas agropecuárias existentes no município (Casa do Campo, Procria e Agropecuária Caiapônia), as duas primeiras estavam em atividade antes da criação dos assentamentos e a última foi fundada em 2003, período com poucos assentamentos estabelecidos ainda. Portanto, a criação dos assentamentos, ao que tudo indica, não influenciou na abertura de mais unidades de comércio.

Quando questionados se a criação dos P.As contribuiu para o aquecimento nas vendas de sua empresa, o Sr. J.V, representante de uma das lojas pesquisada e a Sr^a. V.S gerente de outra loja, afirmaram que a criação dos P.As contribuiu para o aquecimento, gerando “*aumento nas vendas*”. Já o Sr. A, proprietário de uma das lojas, entende que permaneceu “*a mesma coisa*”. De acordo com Sr. J. V, o aumento se deve “*pela quantidade de propriedade que aumentou, [...] e não tem contato com essas grandes empresas, como a Comigo*”.

Embora um dos entrevistados, o Sr. A tenha afirmado que suas vendas permaneceram a mesma coisa, ele assim como os demais pesquisados, concordam que a economia do município é influenciada pelas famílias assentadas. Todos entrevistados entendem que a implementação dos P.As pelo INCRA foi positiva para o segmento. O Sr. A relatou, inclusive, que “*eles [assentados] adquirem animais*” e, com isto vem a demanda por produtos agropecuários. Quanto ao posicionamento deste entrevistado, pode parecer contraditório, pois, ao mesmo tempo, ele reconhece que a criação dos P.As não contribuiu para o aumento de suas vendas, contudo, acredita que a economia do município foi impactada positivamente. É preciso compreender que os efeitos nas vendas podem não ser observados por todos, por questões de mercado, perfil de cliente, etc.

Ainda de acordo com os entrevistados, há um determinado período do ano que os assentados rurais e os pecuaristas em geral, tendem a realizar um maior volume de compras, trata-se das campanhas de vacinação contra febre aftosa e a raiva, nos meses de maio e novembro. No Estado de Goiás são realizadas campanhas anuais e semestrais para vacinação contra febre aftosa e a raiva bovina, sendo todos os proprietários rurais obrigados a vacinar os seus rebanhos, de modo a evitar a transmissão e surtos dessas doenças.

Quanto à frequência dos assentados rurais a este tipo de estabelecimento comercial, o Sr^a. V.S e Sr. A afirmaram ser mensal, já o Sr. J.V, diz ser semanal. Nesta perspectiva, quando os assentados rurais vão às lojas agropecuárias, segundo os entrevistados, eles buscam em especial: rações para aves, suínos e bovinos, medicamentos, ferramentas e vacinas.

Outro fator importante identificado refere-se à inexistência de estratégias para atrair os assentados rurais por parte dos entrevistados Sr. A, e Sr^a V.S. Para eles, é a mesma coisa para todos os perfis de clientes. Contudo, de acordo com o entrevistado A, sua empresa auxilia os clientes a realizar a declaração das vacinas nas campanhas (maio/novembro), o que tem captado clientes, todavia, isto não chega a ser uma estratégia específica, pois é uma ação ofertada a todos os seus fregueses, independentemente do tamanho de sua propriedade.

O Sr. J.V afirma que estabeleceu parceria com o STR, que garante descontos aos seus filiados em todas as suas compras. É importante salientar que o STR, além da sua importância no processo de luta pela terra, tem sido a principal entidade de representação dos assentados e dos trabalhadores rurais de Caiapônia e Palestina de Goiás, portanto, não representa apenas os assentados rurais. Ou seja, nota-se que não há uma estratégia definida/específica por parte dos empresários deste segmento para os assentados rurais.

Indagados sobre a distinção entre os produtos (perfil) comprados no estabelecimento, por proprietários de grandes fazendas e por assentados rurais, os entrevistados afirmaram que são a mesma coisa, diferenciando-se apenas na quantidade comprada. Sobre o percentual de clientes que são assentados rurais, o Sr. A estimou em cerca de 25%. Os demais pesquisados não souberam responder.

Para os segmentos de secos e molhados foram realizadas visitas a três supermercados do município. A opção pela coleta de dados nestes estabelecimentos deveu-se a alguns critérios adotados: tempo de atividade, venda de verduras (verdurões) e reconhecimento - neste caso, supermercados com maior tradição de mercado. De acordo com as informações repassadas pelos proprietários e responsáveis, eles atendem principalmente a população local, contudo, afirmam que dentre os seus clientes há moradores de outros municípios.

Indagados se a instalação de Projetos de Assentamentos pode ser considerada positiva ou negativa para o ramo de atuação (supermercados), os comerciantes deste segmento foram unânimes em afirmar positivamente, pois segundo a entrevistada Sr^a. W.A, “*é bom, tem terra que estão paradas e passa a produzir*”, inclusive o entrevistado Sr. J.P afirmou que foi “*bom para eles e para nós*” e, de acordo com Sr. S.A “*foi excelente*”. Assim, pode-se afirmar que a criação dos P.As foi importante para os proprietários de supermercados pesquisados, pois representou aumento nas vendas e, na visão dos comerciantes deste segmento, é importante para economia local, sendo positivo.

Questionados qual o período do ano ou mês que clientes oriundos dos assentamentos tendem a realizar maior volume de compras, foi verificado que há divergência de opiniões. Segundo os entrevistados a Sr^a. W. A, e o Sr. S. A, “*é a mesma coisa*”, ou seja, não há mês ou época do ano com aumento no volume de vendas para as famílias assentadas. O entrevistado J.P, tem uma opinião diferente, segundo ele, nos períodos chuvosos as vendas tendem a cair. Porque nesse período, as famílias produzem mais alimentos “*tá chovendo, eles produzem né*”. Para ele, no período de estiagem ocorre a compra até mesmo de algumas verduras e legumes que não estão sendo produzidos nos lotes.

Quanto à frequência das visitas aos estabelecimentos, houve também divergências. Enquanto os entrevistados Sr^a. W.A e o Sr. J. P, afirmaram que é semanalmente, o entrevistado Sr. S. A, relatou que se concentram em períodos de final de mês. Infere-se que isto ocorre entre outros fatores, porque nesse período do mês tem-se o pagamento dos laticínios e dos benefícios sociais (renda cidadã, pensões e aposentadorias).

Para os entrevistados, os principais produtos adquiridos são: o arroz, feijão; açúcar, produtos de higiene pessoal e limpeza. Indo ao encontro da constatação realizada junto às próprias famílias quanto aos produtos adquiridos em supermercados. Assim, as famílias tendem a adquirir somente aquilo que não produzem. Dentre estes produtos, chama atenção o arroz, por se tratar de cultura que num passado não muito longínquo era produzido no município por diversas famílias de agregados ou arrendatários e, dentre as famílias pesquisadas, em apenas uma parcela foi constatado o seu cultivo, porém, por terceiros que arrendaram a área, para fins do cultivo de soja e utilizaram o arroz para a “abertura” de área. Desta forma, o que se verifica é que o consumo está associado, em especial, àquilo que não se produz na parcela.

Quanto a venda de produtos com origem nos P.As, apenas os entrevistados Sr. J.P e a Sr.^a W.A, afirmaram que adquirem e revendem, especialmente: mandioca, abacaxi e alface. Todavia, ressaltaram que a falta de regularidade e de maior escala na produção e na entrega por

parte dos assentados torna-se um obstáculo para aquisições maiores, o que possibilitaria um maior volume e variedade de produtos adquiridos junto aos assentados. De acordo com entrevistado J.P, “*eles não conseguem entregar a quantidade que preciso*” e “*não consegue entregar toda semana*”.

Embora tenham admitido que a criação dos P.As proporcionou aumento nas vendas, representou aquecimento na economia local e ainda que fora positivo para o segmento, os proprietários e representantes de supermercados entrevistados admitem que não tem nenhuma estratégia para atrair as famílias assentadas. Também entendem que não há distinção no perfil nas compras realizadas nos estabelecimentos entre os grandes proprietários e os assentados rurais. De acordo com entrevistado Sr. J.P, a única diferença reside apenas volume de compra “*O fazendeiro compra mais*”.

Por fim, destaca-se que os comerciantes deste segmento também não souberam informar o percentual de seus clientes que são assentados rurais, ficando implícito que os comerciantes locais não têm um efetivo controle do número de clientes. Todavia, em comum, afirmaram que houve aumento nas vendas, pois entendem que as famílias rurais passaram a ter uma renda, que se traduziu em compras no comércio local, contribuindo inegavelmente na dinamização da economia local.

Quanto às lojas de materiais de construção, foram identificadas cinco (5) no município no segundo semestre de 2018. Dentre estas, realizou-se entrevistas com três proprietários e/ou responsáveis. Destaca-se uma loja, por entender que devido ao seu recente período de criação (2016) não teria condições de auxiliar no diagnóstico. Na outra loja, a proprietária optou por não participar da pesquisa, se restringindo a afirmar que não é simpatizante da reforma agrária no Brasil e do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), entendendo que não traz um efetivo desenvolvimento econômico, sendo contrária à atuação de movimentos em prol do acesso à terra, em especial o MST. Por esses motivos se recusou a participar da pesquisa. Desta forma, restaram apenas três lojas, em que os proprietários ou representantes quiseram, ou tiveram condições de participar.

Dentre os participantes deste segmento, todos têm atuação principalmente no município, porém, afirmam que também atendem clientes de municípios vizinhos. Situação semelhante identificada nos demais segmentos pesquisados. De igual forma, também foram unânimes em responder que a criação de assentamentos aqueceu a venda de suas empresas. Para o Sr. A, “*porque muitos assentados compram da gente aqui*”, porém, ressaltou que é necessário fazer uma distinção entre o assentado originário, ou seja, aquele que recebeu à terra no ato do

estabelecimento do Assentamento Rural, daquele que comprou a parcela. Para o entrevistado são aqueles que compraram as parcelas que aquecem as vendas. Já na visão do Sr. B, atuando no segmento desde 2013, o aumento/aquecimento nas vendas ocorreu apenas nos anos iniciais da criação dos P.As.

Quanto à fala do entrevistado B, realça-se que há um certo sentido, à medida que a construção das casas ocorreu no período inicial, quando os indivíduos entraram nos lotes que não tinham nenhuma infraestrutura. Nos anos seguintes após a construção das residências, os moradores restringem-se à manutenção, ampliação e reforma das casas. Todavia, é mister destacar que as famílias dos P.As: Padre Ilgo, Morrinhos II, Querência e Keno “Três Morros” ainda não tinham sido contempladas com crédito para moradia, o que pode contribuir no futuro, caso seja disponibilizado aos assentados, para o aquecimento da economia local.

Ainda de acordo com este comerciante, há uma certa frustração quanto à expectativa que se tinha sobre os P.As, pois para ele, no município vizinho de Doverlândia - GO a realidade foi e é mais promissora para os comerciantes deste segmento. Já o entrevistado o Sr. I, (atuando desde 2000) demonstrou bastante entusiasmo com a criação dos P.As “*devido a linha de crédito moradia, cada parcela é uma casa*”, ele afirma já ter atendido famílias de ao menos cinco assentamentos do município, além de famílias estabelecidas em P.As de outros municípios, estimando mais de oitenta casas (80) no assentamento Bandeirantes, próximo à cidade de Doverlândia – GO.

Embora os entrevistados tenham apontado para algumas “frustrações”, todos indicaram que a criação dos P.As em Caiapônia tem influenciado positivamente a economia local. Isto traz um aspecto interessante, pois mesmo ressaltando em suas respostas, que as compras estão abaixo da expectativa ou que famílias comprem mais nos primeiros anos, há um reconhecimento que as famílias exercem influência na economia. Ou seja, há um entendimento que os assentados têm poder de compra. Esta aparente discrepância pode ser explicada pela falta de controle do número efetivo de clientes ou dados incompletos. Pois, como vem sendo observado ao longo do estudo, os comerciantes locais não têm um controle ou informações precisas de seus clientes.

Indagados se tem algum período do ano que os assentados tendem a realizar maior volume de compras, os comerciantes afirmaram que sim, devido às condições climáticas. De acordo com eles, os períodos de estiagem são melhores para as vendas – de abril a setembro -, isto no contexto geral, pois as obras são conduzidas sem interrupções, diferentemente do período chuvoso, que vai de outubro a março.

Quanto à frequência da ida dos assentados rurais a este tipo de estabelecimento, mostrou-se bastante variável e difícil de determinar, até porque depende das condições climáticas e da liberação de créditos para a moradia. Todavia, existem outros produtos que são revendidos em lojas de materiais de construção, como é o caso de ferramentas agrícolas, mangueiras, etc. Por isso, o Sr. I afirma que a frequência é diária. Já os demais entrevistados divergiram, sendo alguns semanalmente, outros mensalmente.

Questionados se a criação dos P.As pelo INCRA foi positiva para o seu segmento, todos responderam positivamente. Neste sentido, é bem ilustrativa e representativa a fala do Sr. I, *“No Assentamento Cachoeira Bonita, era uma fazenda com dois peões, agora são 64 parcelas, ou seja, 64 casas”*. Ainda neste sentido, de acordo com os pesquisados, as famílias assentadas optam pela compra dos produtos básicos utilizados da construção civil: tijolos, areia, brita e cimento.

De acordo com Sr. I há uma procura por materiais de menor custo e por ferramentas como pás, enxadas, machados, serrotes etc. Ao ver este potencial, ele se especializou na venda destes produtos. Portanto, o que se observa é que há um nicho de mercado que se forma com a criação dos assentamentos, cabendo ao comerciante ter a perspicácia de observar estas características e demandas específicas deste público. De todos os entrevistados, talvez este seja o único proprietário de loja de materiais de construção que tenha realizado esta observação. Pode-se afirmar que isto tornou-se uma estratégia para este comerciante. Ainda de acordo com Sr. I *“são pessoas simples”*, desta forma, tendem a procurar materiais mais baratos, não se prendem ao luxo.

Sobre a perspectiva da empresa para os próximos anos em relação aos clientes de P.As, percebe-se uma dificuldade para responder tal questionamento, pois os comerciantes não demonstram ter estratégias definidas para atuação junto a estes para os próximos anos. Apenas o Sr. I, que espera a liberação de crédito moradia para as famílias ainda não contempladas. No entanto, é preciso enfatizar que as compras para tais construções são precedidas de um processo licitatório que nem sempre beneficia os comerciantes locais. De acordo com informações coletadas no P.A Vale da Boa Vista, no processo licitatório para materiais para construção das casas naquele assentamento foi contemplada uma empresa da cidade de Goiânia, por ofertar o menor preço.

Quanto à distinção do perfil das compras realizadas no estabelecimento por proprietários de grandes fazendas e por assentados, segundo os entrevistados, as famílias assentadas optam por comprar o básico (tijolos, cimento e telhas), enquanto grandes proprietários tendem a

comprar produtos com maior valor agregado. Por fim, aponta-se que os entrevistados do segmento/ramo de lojas de materiais de construção têm dificuldades para determinar o percentual de seus clientes, que são assentados rurais, assim como os demais comerciantes pesquisados neste estudo.

Conclui-se que os resultados obtidos vão ao encontro do que postula Veiga (2000, p. 189) sobre os programas de assentamentos e o Pronaf. “A ampliação e o aprofundamento dessas políticas são cruciais para que a economia brasileira possa ter crescimento durável sem que isso traga ainda mais desemprego urbano”. Ou seja, estas políticas são benéficas não somente ao campo, mas também para a cidade, ao possibilitar emprego e renda nelas.

4. Considerações finais

As constatações da pesquisa comprovaram a hipótese inicial de que a constituição dos P.As resultou em aumento na ocupação, renda para as famílias assentadas e fomentou o comércio local do município. Contudo, observa-se que os efeitos ao comércio provenientes da criação dos P.As pelo INCRA se estendem também aos municípios adjacentes. Nota-se que o desdobramento das compras para municípios vizinhos ocorre por diversos fatores, dentre estes estão: localização, logística, infraestrutura (estradas, pontes, transporte), assistência de Prefeituras e origem domiciliar (laços familiares e de amizade) anterior ao assentamento.

Sobre a localização e a logística, compreende-se que as condições geográficas do amplo território do município e a localização de parte dos P.As em áreas limítrofes, favorece o deslocamento para outros municípios, em especial aqueles P.As situados muito distantes da sede urbana de Caiapônia, o que os coloca em alguns casos mais próximos da sede urbana de outros municípios. Percebe-se também que as famílias assentadas nos P.As mais distantes da zona urbana do município e que têm como origem os municípios adjacentes a Caiapônia, tendem a comprar nos seus municípios de origem.

Soma-se a isso as condições das estradas de acesso, que por vezes, apresentam-se em melhor estado de tráfego a zona urbana dos municípios adjacentes e ainda se tem o aporte prestados por prefeituras municipais de municípios vizinhos, seja ele no transporte de alunos da educação básica e fundamental, na manutenção de estradas e/ou outros. O certo é que estas ações resultam em maior identificação do assentado rural com aquele município, ao qual ele tende a concentrar suas movimentações comerciais e financeiras. Estas condições contribuem para que muitos assentados rurais/famílias assentadas optem por realizar compras nos

comércios dos municípios adjacentes. Todavia, ainda assim, é predominantemente o percentual daqueles que optam por realizar suas compras no comércio de Caiapônia.

Desta forma, as constatações aqui apresentadas reforçam ainda mais a necessidade de ampliação nos estudos concernente aos efeitos socioeconômicos e territoriais advindos da criação dos P.As no contexto municipal e, sobretudo regional. Ou seja, é de grande importância a ampliação de estudos que visem compreender não somente os efeitos para a família assentada, mas também os desdobramentos resultantes disso para toda a sociedade. Estudos como este podem ajudar a demonstrar cada vez mais a relevância da criação dos P.As, auxiliar na tomada de decisões quanto à localização, infraestrutura necessária, até a origem das famílias que serão ali inseridas. Por fim, podem ainda trazer mais notabilidade para as concepções que indicam os P.As como fator estrutural para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Conclui-se que a criação dos P.As no município trouxe algumas mudanças importantes, mesmo que alterando minimamente a estrutura fundiária. A constituição destes trouxe transformações no território do município, pois alavancou a diversificação produtiva, trouxe maior oferta de alimentos, ocupação e renda para as famílias beneficiadas, que reinvestem parte desta renda no próprio comércio da região. Assim, contribuindo para o aquecimento da economia de Caiapônia e dos municípios vizinhos.

Tudo isto instiga a compreensão que a criação dos P.As não pode ser vista apenas como uma mera medida compensação social, mas como estratégia essencial de desenvolvimento socioeconômico, ou seja, pode-se a partir da implantação deles e também de políticas públicas de apoio, buscar estabelecer outro padrão de desenvolvimento, que seja menos desigual socialmente e menos predador do ambiente.

Agradecimentos

Agradecemos a toda equipe do Laboratório de Geografia e Estudos Territoriais (LAGET) – Universidade Federal de Jataí – UFJ, pelas discussões e provocações a respeito do tema, pelos estudos em conjunto sobre a categoria território, certamente estas ações contribuíram para produção deste trabalho.

Referências

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CHAYANOV, A. V. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, n.5, Mexico, D.F., pp. 15-31, Julio-septiembre 1975.

CLEMENTE, E. C. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales-SP**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2006.

CLEMENTE, E. C. **O programa de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales/SP**. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

CLEMENTE, E. C. Análise de organizações coletivas da agricultura familiar no Sudoeste de Goiás. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 13, n. 29, p. 58-88, abr., 2018.

CLEMEMENTE, Evandro César; CLEPS JUNIOR, João. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai.-ago., 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2017/2019**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - IMB. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos, 2019**. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=218>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-internobruta-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=5204409>>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. 2018. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

KOBOTOOLBOX, 2018. Disponível em: <<https://www.kobotoolbox.org/>>. Acesso em: 15 abr. 2018

LEITE, S. P. *et al.* **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 1. ed. São Paulo: IICA/NEAD/Unesp, 2004. 392 p.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V.: Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 777-805, jul. /set 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIAPÔNIA. **Nossa História**. 2019. Disponível em: <<https://www.caiaponia.go.gov.br/sobre-o-municipio/nossa-historia/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SOUSA, D. N. *et al.* A dinamização dos Assentamentos Rurais para o desenvolvimento econômico do Noroeste de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, MG, v. 11, n. 1, p. 87-97, jan. /jun. 2011.

SPAROVEK, G. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

VEIGA, J. E. D. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais...ANPEC**, Niterói, 2001

VEIGA, J. E. D. Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. In: TÉOFILO, E. *et al* (org.). **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: NEAD, 2000. p. 173-2000